

# *Carta Mensal Educativa*

Publicação do Instituto de Pesquisas e Administração da Educação

ISSN 1414-4778

Ano: 26 nº: 246 - fevereiro de 2021

<https://youtu.be/bzKaSVRkK2I>

## **Os cenários políticos e seus reflexos na educação brasileira**

**João Roberto Moreira Alves (\*)**

A educação no Brasil, a exemplo dos países democráticos, têm suas políticas públicas definidas pelo Poder Legislativo e levadas a efeito por intermédio do Poder Executivo, contando com a colaboração direta da iniciativa privada.

A cada dois anos os cenários políticos são modificados, alternando as lideranças nos Executivos e Legislativos Federais e Estaduais e na sequência, nos Poderes Municipais.

Temos, além da União Federal, 27 Unidades da Federação e 5.570 municípios, onde milhares de políticos ocupam os cargos eletivos à frente da Presidência da República, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Cabe aos Senadores, Deputados Federais, Deputados Distritais, Deputados Estaduais e Vereadores elaborarem as leis e ao Presidente da República, Governadores e Prefeitos as regulamentarem por intermédio dos decretos e demais disposições infra legais.

O Brasil não tem um sistema nacional de educação, o que é bom para o País, embora existam tentativas de sua criação. Temos um sistema federal, um estadual e um municipal que não são interdependentes. Isso impede que existam graus recursais de decisões tomadas por instâncias que poderiam ser considerados inferiores como acontecem no Poder Judiciário.

Os sistemas devem funcionar harmonicamente, mas sem subordinação.

As normas gerais da educação devem ser fixadas pelo Governo Federal, mas sem entrar em detalhes, eis que é preciso respeitar os princípios constitucionais. Somos uma República Federativa com uma Constituição Federal, uma em cada Estado e no DF. Os municípios possuem leis orgânicas que equivalem à constituição das cidades, mas com características próprias.

Em tese a forma de funcionamento é correta, contudo os grandes problemas decorrem de inexistência de um Plano Nacional de Educação eficaz e de Planos Estaduais e Municipais muito detalhistas.

Temos os planos, mas estão defasados e precisam ser reformulados de forma mais técnica do que política.

A fragmentação partidária é nítida. Existem 36 partidos registrados, alguns extremamente inexpressíveis.

As últimas eleições municipais mostraram uma forte tendência à reeleição dos prefeitos, com percentual superior a 63%. Foi o maior índice nos últimos anos.

Uma grande parte dos vereadores prosseguirá nas casas legislativas.

A perspectiva é que poucas mudanças devem acontecer na educação, se depender dos vereadores, deputados e senadores. Não existem projetos de lei de impacto tramitando.

Também se dependermos do Executivo não teremos novas políticas para a educação.

Mas, modernizar é preciso para alavancar o desenvolvimento.

A única forma possível é a mobilização da sociedade para pressionar os governantes a aceitarem as transformações.

O mundo avança em ritmo acelerado e se o Brasil não se adequar a esses processos estaremos nos afastando das nações que já atingiram a patamares satisfatórios.

Estudos da UNESCO e de outras organizações internacionais evidenciam resultados positivos em várias áreas.

Não podemos continuar na dependência de outros países que investem vultosas somas em ciência e tecnologia.

Apesar de termos inúmeras entidades representativas de setores educacionais faltam liderança e articulação para que tenhamos um novo projeto global para o Brasil.

Um pacto apartidário é o caminho para uma primeira fase que permita um projeto técnico de qualidade.

Na sequencia é lógico que a participação política será indispensável para que possamos levar avante as propostas calcadas nas efetivas necessidades do País.

Estamos num momento ótimo para isso, pois estamos distantes ainda das próximas eleições e impactados pelos reflexos de uma pandemia que alertou o mundo para as necessidades de novas posturas e ações.

**(\*) Presidente do Instituto de Pesquisas e Administração da Educação**

## **EXPEDIENTE**

### **Carta Mensal Educacional**

**Publicação mensal do Instituto de Pesquisas e Administração da Educação**

**Exemplares arquivados na Biblioteca Nacional de acordo com Lei nº 10.944, de 14 de dezembro de 2004 (Lei do Depósito Legal).**

**ISSN (International Standard Serial Number) nº 1414-4778 conforme registro no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT (Centro Brasileiro do ISSN), vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia.**

**Editora do Instituto de Pesquisas e Administração da Educação cadastrada no ISBN (International Standard Book Number) sob o nº 85927 conforme registro na Biblioteca Nacional.**

**Reprodução permitida by Instituto de Pesquisas e Administração da Educação**

**Editor Responsável - João Roberto Moreira Alves**

**Edição e Administração - Instituto de Pesquisas e Administração da Educação**

**Av. Rio Branco, 156 - Conjunto 1.926 - CEP 20040-901 - Rio de Janeiro - RJ – Brasil**

**[http:// www.ipae.com.br](http://www.ipae.com.br) - e-mail: [ipae@ipae.com.br](mailto:ipae@ipae.com.br)**

## **FICHA CATALOGRÁFICA**

### **Carta Mensal Educacional**

**Nº 1 (fevereiro 1996) - Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas e Administração da Educação, 1980 - N.1: 29.5 cm – Mensal**

**Publicação do Instituto de Pesquisas e Administração da Educação.**

**ISSN - 0103-0949**